

DO CAPITALISMO AVANÇADO À SOCIEDADE ALAGOANA, DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL AO ENSINO SUPERIOR¹

Waldeney Alcides da Silva²

Universidade Federal de Alagoas.

Resumo

Este *paper* busca apresentar algumas imbricações entre o desenvolvimento corporativo das relações públicas (RP's) e a inserção dessa atividade no leque de opções de formação superior no Brasil e em Alagoas. Propõe configurar as RP's como função político-econômica e atividade profissional apresentando as dimensões corporativa e cultural registradas em momentos de movimentação profissional em Alagoas. Sugere a consideração do desenvolvimento das RPs como um campo dentro da área da Comunicação Social e de alguns fatores determinantes do ensino superior brasileiro no campo da Comunicação que configuraram sua estrutura e funcionamento.

Palavras-Chave: Relações Públicas, Corporativismo Profissional, Formação Acadêmica.

Introdução

A questão da formação do comunicador social já tem sido tema de publicações e pauta em eventos da área. Iniciativas de pesquisadores como José Marques de Melo e Cláudia Moura nos conduzem à compreensão de fenômenos determinantes. Entretanto, parece-nos pertinente a investigação das realidades localizadas e das particularidades. Neste sentido, estamos trilhando um caminho de descobertas quanto à formação em relações públicas no Estado de Alagoas. O texto que segue traz um recorte da produção oriunda dessas investigações. Na primeira seção resgatamos as perspectivas pelas quais podem ser abordadas as relações públicas. Em seguida, privilegiamos discorrer sobre a função de RP. Na terceira seção trazemos a influência das movimentações corporativistas na formação em relações públicas em Alagoas. Por último, sugerimos a reflexão sobre questões relacionadas: a emergência do campo científico da comunicação e sua assimilação acadêmica.

¹ Trabalho apresentado ao NP 05 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Bacharel em Comunicação Social. Habilitado em Relações Públicas. Especialista em Pedagogia Organizacional. Mestrando em Educação Brasileira. Professor da disciplina Laboratório de Pesquisa e Planejamento de Relações Públicas I, do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Alagoas. Coordenador do projeto de extensão “O Ser e o Fazer da Pesquisa de Opinião em Laboratório de Relações Públicas”. E-mail: alcidesmcz@uol.com.br

Uma possível configuração para o campo das Relações Públicas

A dimensão polissêmica da expressão relações públicas foi apontada por Simões (1995) quando esse ofereceu um arcabouço teórico para a área. Segundo o autor, o tratamento histórico-empírico dado ao assunto atribuiu o uso da mesma expressão para designar pelo menos nove categorias de objetos distintos. A designação pode significar: 1) o processo, ou “rede de relações pluridimensional de interação da organização com a sociedade”; 2) uma função “ou subsistema das organizações, representando as filosofias, as políticas e as normas no trato dos interesses comuns e específicos com os vários públicos”; 3) atividade, representada pela “administração daquela função organizacional”. Sobre este último aspecto, Simões (ibidem) esclarece que “a sociedade identificou a necessidade de uma atividade perita na gestão desta [daquela] função” entendendo como atividade “o trabalho realizado em um ambiente físico, com materiais e pessoal com a finalidade de organizar uma função”.

A quarta designação do termo diz respeito ao cargo, que seria o espaço na estrutura das organizações para o desenvolvimento da atividade. O quinto significado refere-se ao profissional. Enquanto na língua inglesa usa-se o termo *public relations*, e na língua espanhola utilizam-se os termos *relacionista* ou *relaciones públicas*, a língua portuguesa adotada no Brasil cunhou o uso da expressão relações públicas para se referir à pessoa do cargo que desenvolve a atividade. Essa referência é condicionada no Brasil à conclusão do curso de Comunicação Social, na habilitação em Relações Públicas e ao registro profissional no órgão da categoria. A mesma expressão designa uma profissão, uma atividade reconhecida socialmente, desenvolvida por profissionais organizados, reconhecidos e legalmente amparados.

O sétimo, o oitavo e o nono significados trazidos por Simões (ibidem) dizem respeito aos qualitativos ciência, tecnologia e arte, representando respectivamente: 1) “o conhecimento acumulado cientificamente em documentação específica que leva à compreensão daquele processo”; 2) “o conhecimento capaz de gerar certas operações sociais para a produção de uma programa e o conjunto de conhecimentos sobre os recursos necessários e a utilização da infra-estrutura mais adequada para viabilizá-lo”; e, 3) “a capacidade do profissional de fazer incidir sua subjetividade no desenvolvimento de programas, projetos e instrumentos que mantenham ou alterem a estrutura do processo”.

Apresentadas as perspectivas em que as relações públicas podem ser abordadas, priorizaremos tratá-las como função e principalmente como atividade profissional privilegiando a dimensão corporativa e institucional .

As relações públicas como função e atividade

Para tratar das relações públicas como função, parece-nos conveniente considerar a dimensão histórica do aparecimento desta atividade. Histórica não apenas no aspecto cronológico, mas principalmente no sentido de uma atividade humana que se apresentou como necessária, tendo como pano de fundo o modo de produção capitalista, suas relações de poder e suas tensões. Essa dimensão nos permite reconhecer que os processos e fenômenos sociais nem sempre foram como são hoje. Assim é a atividade de relações públicas, que tem sua origem em países de capitalismo avançado, mais precisamente no início do século XX, e começa a se estruturar nos anos subseqüentes à Primeira Guerra Mundial.

Enquanto o processo de relações públicas pode ser remetido a tempos mais remotos³, a função e as atividades especializadas das relações públicas desenvolveram-se simultaneamente com o crescimento do poder da opinião pública e do conhecimento crescente das maneiras de cristalizá-la, conservá-la ou transformá-la. Nos Estados Unidos, função e atividade tiveram início na primeira década do século passado quando a indústria moderna começou a ser atacada por líderes do governo e escritores de prestígio. Ivy L. Lee criou em 1906 o primeiro escritório mundial de relações públicas em Nova Iorque, e em 1914 iniciou seu trabalho como consultor pessoal de Jonh D. Rockefeller Júnior, o homem mais impopular dos EUA, que assumia posturas brutais em atividades de suspensão de greves (LLOYD E LLOYD, 1988, p.16).

Peruzzo (1986) reflete sobre o lugar das relações públicas no modo de produção capitalista. Trata, dentre outras questões, das condições de chegada dessa tecnologia social ao Brasil, importada no bojo de todo o modo de organização social. Sobre a conjuntura norte-americana, que propiciou o nascimento e o desenvolvimento da atividade apresenta considerações relevantes e sugere que:

³ Fonseca (in HAIG, 1962, p. 21-24) sugere que a origem das relações públicas, enquanto processo, seria antiga e ilustrada pelas formas de poder desenvolvidas por povos antigos como a Pérsia, a Assíria, a Babilônia e o Egito, quando atribuíam uma origem divina ao poder. Aquela seria a fase teocrática das RP's. A fase intermediária estaria representada pelo surgimento da opinião pública entre os povos da Grécia e Roma, considerando por exemplo a expressão *Vox populi, Vox dei* (A voz do povo é a voz de Deus). A terceira fase, da descoberta da sua necessidade, coincidiria com o Renascimento e o movimento humanista, com a Reforma e a Contra-Reforma, com o Enciclopedismo e a Revolução Francesa, com a Guerra Franco-Prussiana, com o Manifesto Comunista, de Marx e Engels e com a Revolução Americana. A quarta fase, empírico-prática, seria representada pela Revolução Industrial e o aparecimento da atividade nos Estados Unidos e demais países.

Naquele país as primeiras décadas do século XX marcaram o aparecimento dos poderosos monopólios, a concentração de riqueza em poucas mãos. A manifestação por parte da classe trabalhadora e da própria classe média contra o abuso das empresas provocou a necessidade destas organizações virem a público para tentar explicar suas atividades, através de advogados e jornalistas. (PERUZZO, 1986, p.20)⁴

As relações públicas então nascem num contexto em que os antagonismos de classe se evidenciaram. Configuraram um sub-sistema organizacional, uma função das organizações, como o são as funções financeiras, produtivas e administrativas. As tensões geradas pela relação entre capital e trabalho foram o amálgama onde nasceria e se cristalizaria uma atividade humana especializada na administração de crises. Entretanto, é importante reconhecermos que esta função organizacional não cessou a contradição genética entre o capital e o trabalho, como explica Peruzzo (ibidem, p.22):

A substituição do lema “o público que se dane” expresso por William D. Vanderbilt, outro capitalista, por “o público tem de ser informado” de Ivy Lee [que depois evoluiria para “o público deve ser compreendido], acrescido de doações para obras de caridade, concessão de bolsas de estudo e criação de fundações não significa que o público tenha sido informado sobre as reais condições de exploração do trabalho e que a exploração da mais-valia tenha deixado de existir.

No Brasil, com a importação do capitalismo industrial, seus modelos produtivos, organizacionais e suas tensões, temos o aparecimento das atividades de relações públicas. Como tecnologia social, chegou inserida no modelo de sociedade capitalista proposto, com os discursos de harmonização, cordialidade e confiança entre o capital e o trabalho. O desenvolvimento dessa função pode ser constatado com a caracterização de um novo setor que ficou conhecido por comunicação empresarial, organizacional ou institucional como ressalta Brandão (2001 p.38).

A expansão do capitalismo brasileiro, verificado a partir da década de 50, ofereceu as condições para a proliferação das iniciativas no âmbito da comunicação organizacional⁵. Depois da II Guerra Mundial, o país passou por um surto de industrialização caracterizado pelo incremento do mercado de consumo nacional, pelo início do processo de urbanização da sociedade e a conseqüente formação da classe média e do operariado urbano

⁴ Sobre a conjuntura norte-americana que oferecia as condições para a construção da atividade de relações públicas, Torres (2003, p. 1) esclarece que “com o aparecimento da revolução industrial, já bem cedo as partes lesadas, no relacionamento entre as organizações de seus públicos, começaram a expor suas reivindicações. Além disso, a sociedade americana, em razão de uma autoconsciência valorativa, promovia a participação de todos em todos os assuntos de comum interesse, devendo para tanto empenhar o seu sentido de responsabilidade comunitária e o seu direito à informação”. Torres acrescenta ainda que “aproximadamente um quarto da população americana estava, direta ou indiretamente, vinculado à atividades educacionais”.

⁵ A cronologia do desenvolvimento das atividades de RP no Brasil concentra nos anos 50, e principalmente na década de 60 e 70 a evolução da atividade. Entretanto o marco das atividades de RP em nosso país se deu com a instalação do primeiro departamento de relações públicas, datado de 30 de janeiro de 1914, pela The São Paulo Tramway Light and Power Co., hoje denominada Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S/A. O Alagoano penedense Eduardo Pinheiro Lobo assumiu a chefia do referido departamento, sendo considerado hoje o pai das RP's no Brasil.

(BRANDÃO, *ibidem*, p.38). Aquele momento histórico foi marcado ainda pelo desenvolvimento das comunicações massivas. Na tentativa de criação de uma identidade nacional, os meios de comunicação de massa funcionaram como uma agência de socialização, convertendo massa em povo e povo em nação. O mercado cultural se expandia. Rádios, jornais, revistas, discos e televisão moldavam o estilo de vida e o *ethos* urbano brasileiro.

Esse sentimento nacionalista cristalizado na ideologia desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek pode ter sido, como aponta Brandão (*ibidem*), o ingrediente para compor o clamor da opinião pública contra as multinacionais, em especial as que operavam no setor de serviços públicos (telefonia e energia elétrica). Foi quando as organizações criaram setores especializados em comunicação dentro de sua estrutura.

Imbricações entre o corporativismo e a formação em relações públicas em Alagoas

Para tratar das relações públicas como formação acadêmica faz-se necessário considerar algumas categorias de fenômenos que se vinculam diretamente com o surgimento e o desenvolvimento dos trabalhos que tiveram a finalidade de organizar aquela função no Brasil. Os marcos históricos, as referências legais e o corporativismo profissional serão as principais categorias consideradas nesta seção, privilegiando a perspectiva histórico-política brasileira nas décadas de 60 e 70, fase de maior crescimento da profissão, que coincide com sua apropriação pela ditadura militar.

Os marcos históricos dizem respeito às primeiras iniciativas de criação por parte das organizações públicas e privadas, de setores ou departamentos de comunicação responsáveis por gerir aquela função, no Brasil e em Alagoas. A dimensão nacional destes marcos está aqui resumida pela consulta a Kunsch (1997) e Cabestré (2004).⁶ Já o conhecimento desses marcos em Alagoas está sedimentado em depoimentos de profissionais que nos reportam aos primórdios dessa atividade no Estado sustentado por pesquisa documental, considerando arquivos e jornais das décadas de 70, 80 e 90.

De acordo com Chaves (in JAMERSON, 1962, p.30) após a criação do departamento de Relações Públicas pela *The São Paulo Tramway Light and Power Co.* em 1914, que iconiza o Alagoano Eduardo Pinheiro Lobo como o pai das relações públicas brasileiras, outros se sucederam, principalmente em empresas estrangeiras. A referência à

⁶ A autora sugere uma sistematização de caráter didático para a configuração da atividade de relações públicas numa divisão em quatro (4) momentos. O primeiro momento (1882-1948) seria o de "emergência da profissão"; o segundo momento (1949-1968) seria o de "consolidação"; o terceiro momento (1969-1980) seria caracterizado como de "aperfeiçoamento", destacando-se a regulamentação e a proliferação dos cursos de graduação na área. O quarto momento (de 1981 até os dias atuais) a autora chama de "fundamentação teórico/científica", caracterizado pela intensificação da discussão e produção científica na área.

criação do primeiro departamento verdadeiramente nacional é atribuída à Cia Siderúrgica Nacional, no ano de 1951. O autor registra ainda que “muitas dependências governamentais instituíram departamentos semelhantes, como a própria Presidência da República⁷, o Governo do Estado de São Paulo, a Prefeitura de Niterói e outras”. A partir da tomada do poder pelos militares com o Golpe de 64, as atividades de RP ganharam destaque na sociedade e interesse junto ao poder central. Foi sob a denominação de relações públicas que foi incrementado um conjunto de atividades de comunicação política por parte dos governos militares.

A cronologia relativa aos marcos da atividade e à conjuntura destes marcos foi oportunamente apresentada por Kunsch (ibdem), Brandão (ibdem) e Cabestré (ibdem). Cabe-nos eleger as que consideramos importantes, inclusive por correspondência com os marcos registrados em terras alagoanas. Em Alagoas, o movimento das relações públicas parece ter seguido a tendência nacional. As estatais e o governo fizeram uso freqüente de assessorias de relações públicas.⁸ Se o alagoano Eduardo Pinheiro Lobo é considerado o pai das relações públicas no Brasil, no Estado de Alagoas a paternidade da atividade é freqüentemente atribuída a Luiz Plácido Tojal, que teria assumido o cargo de RP da Petrobrás em 1958.⁹

Os registros que trazemos em relação à movimentação corporativa dizem respeito à criação da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), do Conselho Federal dos Profissionais de Relações Públicas (CONFERP), dos conselhos regionais (CONRERP's), dos sindicatos profissionais e das instalações dos primeiros cursos de relações públicas e dos congressos nacionais, considerando as dimensões brasileira e alagoana, organizados no quadro a seguir:

⁷ De acordo com Cabestré (2004, p.8) “nessa época, é estruturado no Brasil, em âmbito federal, o Departamento de Imprensa e Propaganda, através do Decreto Lei nº 1915, de 27 de dezembro, com cinco divisões: divulgação, radiodifusão, cinema e teatro, turismo e imprensa. Esse mesmo departamento, em 1940, através do Decreto Lei 2557, de 4 de setembro, amplia suas atividades de censura sobre os meios de divulgação e expressão existentes no país, estabelecendo-se a censura, inclusive sobre espetáculos e diversões públicas.” Ainda segundo a autora “no início da década de 40 (1942), o Governo Federal do Brasil cria, no âmbito do Ministério da Agricultura, o Serviço de Informação Agrícola (SIA), sucedendo ao Serviço de Publicidade Agrícola, da Diretoria de Estatística e Publicidade, criado pelo Decreto nº 22.984, de 25 de julho de 1933. O SIA é considerado o primeiro órgão de relações públicas, em âmbito governamental. Apesar de não ter a denominação da área, esse órgão desempenhava atividades específicas de RP produzindo e distribuindo publicações e informações para o setor agrícola.”

⁸ De acordo com depoimentos de Benedita de Souza e Lúcia de Paula, relações públicas aposentadas, tínhamos nos anos que antecederam o surgimento do Curso de Comunicação na UFAL, empresas como a PETROBRÁS, a TELASA, a SALGEMA e SEASA e órgãos do governo abrigando as atividades e os profissionais de relações públicas.

⁹ Em matéria publicada em O Repórter, nº 33, em 1996 o professor do Departamento de Comunicação Social Luiz Gonzaga registra que “Luiz Tojal está para Alagoas assim como Eduardo Pinheiro Lobo está para o Brasil”. A matéria assinada por Tobias Júnior faz referência à trajetória profissional de Luiz Tojal, que teria transitado pelo rádio, pela televisão, pelas relações públicas e teria sido co-responsável pela implantação do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Alagoas.

ANO	MARCOS DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS RPs. NO BRASIL E EM ALAGOAS
1954	• Fundada a ABRP em São Paulo
1967	• Sancionada a Lei 5.377, de 11 de dezembro, que disciplina a profissão no Brasil • Instalado o primeiro curso superior regular de RP pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.
1968	• Sancionado o Decreto 63.283 que aprova o Regulamento da profissão de relações públicas.
1969	• Sancionado o Decreto-Lei nº 860, de 11 de setembro, dispondo sobre a constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas.
1971	• Criados os conselhos Federal e Regionais de Relações Públicas, pelo Decreto 6.582 de 4 de maio. • Criada a ABRP seccional Alagoas, entidade que evoluiu da ARPAL (Associação dos profissionais de Relações Públicas de Alagoas).
1972	• Realizado o I Congresso Brasileiro de Relações Públicas em Petrópolis (RJ)
1976	• Realizado o IV Congresso Brasileiro de Relações Públicas em Maceió e Penedo (AL)
1978	• Instalado o Curso de Comunicação Social na Universidade Federal de Alagoas com as Habilitações em Relações Públicas e Jornalismo
1996	• Realizado o XIV Congresso Brasileiro de Relações Públicas em Maceió (AL)
1999	• Criado o Conselho Regional de Relações Públicas 5ª Região com jurisdição em Alagoas e Sergipe.

QUADRO 1 - Cronologia do desenvolvimento institucional das Relações Públicas.

Apesar de estarem concentrados no período da ditadura militar os fatos relativos ao desenvolvimento institucional das relações públicas, o momento referencial no sentido de agregar profissionais e pensadores desta atividade foi a fundação em 1954, em São Paulo, da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP). A finalidade da ABRP expressa em seus primeiros estatutos, era:

- a) congregar todos os profissionais, estudiosos e entidades cujas atividades sejam ligadas a Relações Públicas; b) tornar conhecida, apreciada e respeitada a atividade profissional de Relações Públicas; c) proporcionar o aperfeiçoamento profissional de seus associados e das pessoas que desejarem dedicar-se a Relações Públicas, promovendo cursos, palestras, congressos, etc. d) pugnar pelo reconhecimento, oficialização e regulamentação da profissão de Relações Públicas e de cursos de formação profissional. (GURGEL, p.35)

Percebe-se que esta entidade em seu momento de gênese mencionava o acompanhamento da formação profissional como questão a ser considerada como uma de suas finalidades. Seguidas da fundação da ABRP em São Paulo deram-se instalações no Rio de Janeiro (1956) e Minas Gerais (1958). Na década de 60 somente o Distrito Federal, Pernambuco (ambos em 1965) e o Rio grande do Sul (1968) fundaram seccionais da ABRP. Alagoas foi o oitavo estado a fundar a associação que congregava os profissionais em 1971¹⁰.

Através de consultas à arquivos da ABRP/AL, atas e recortes de jornais, tentamos investigar o papel pedagógico desta entidade e de sua interferência na criação do Curso de Comunicação Social da UFAL. As descobertas foram além das intenções iniciais. A leitura das atas foi norteadas pela busca de registros sobre aquela dimensão educativa da entidade. A

¹⁰ Informações sobre a cronologia de instalações das seccionais da ABRP encontram-se no site http://www.abrp_sp.com.br

constatação foi que a ABRP em Alagoas foi uma entidade dinâmica, com reuniões regulares e densas em suas pautas, com uma relação íntima com políticos, governadores, deputados e a iniciativa privada e uma forte expressão da movimentação cultural e científica da profissão e dos profissionais de Relações Públicas. Por outro lado podemos dizer que nas décadas de 70, 80 e 90, essas dimensões não foram homogêneas e a entidade se comportou de uma forma camaleônica nestes 34 anos. Não seria arriscado afirmar que antes da criação do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Alagoas, desde sua fundação em 1971, até mesmo em alguns anos após a instalação daquele programa de graduação na UFAL, a ABRP era o espaço e o esforço que os profissionais e pensadores das relações públicas tinham para propagar, discutir e socializar as teorias e modelos deste campo comunicacional. E outra questão verificável é que a década de 70 foi o período onde a ABRP mais trabalhou no sentido de oferecer cursos e eventos na área.

Para apresentar esta dimensão educativa da ABRP recorreremos a alguns momentos registrados em atas. É possível que um dos primeiros acadêmicos em Alagoas a se envolver com a área de relações públicas em seu aspecto educativo tenha sido o Prof. José Sílvio Barreto de Macedo, que quando convocado pelos seus pares para representar a ABRP/AL na comissão de ensino de Relações Públicas no Conselho Nacional, aceitou a incumbência em 1974 (ATA ABRP/AL, 1974).

Mas foi por meio de eventos que a ABRP cumpriu seu papel pedagógico. As Semanas Alagoanas de Relações Públicas, o Curso de Técnicas de Relações Públicas, os Painéis Alagoanos de Relações Públicas, os Ciclos Alagoanos de Estudos de Relações Públicas, os Seminários Arapiraquenses de Relações Públicas, o Simpósio de Relações Públicas, o Curso de Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada e o Seminário de Comunicação Empresarial da Teoria da Opinião Pública estabeleceram contatos dos profissionais alagoanos com pesquisadores precursores do campo das RP's., como Cândido Teobaldo de Souza Andrade, Margarida Maria Kroling Kunsch, Sarah Chiucid da

Viá e Roberto Porto Simões.

Estes eventos, principalmente os de antes da instalação do curso superior se configuraram como o lugar de reflexões e debates no campo da comunicação organizacional em Alagoas, que culminaram na realização em 1976 do IV Congresso Brasileiro de Relações Públicas.



Prospecto e público IV Congresso Brasileiro de Relações Públicas, realizado no ano de 1976, no Teatro Deodoro, em Maceió.

Os temas que pairavam nas mentes dos relações públicas naquele momento e foram abordados no evento trataram de: “Relações Públicas como Fator de mentalidade para o desenvolvimento”; “Ação e descentralização do Conselhos Regionais dos Profissionais de RRPP”; “**Necessidade de desenvolvimento regional no ensino de RRPP** (grifo nosso)”; “Análise histórico crítica das RRPP No Brasil”; “A figura e a Obra de Eduardo Pinheiro Lobo” e “Função dos Profissionais de RRPP na Integração Latino Americana.”¹¹

Destaque-se que antes da realização do XVI COMBRARP em Maceió, as entidades de classe se mobilizaram para a futura instalação dos programas acadêmicos. Na ata de reunião da ABRP de 18 de outubro de 1974 consta:

[...] dando prosseguimento, foi lido o memorial apresentado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas, ao excelentíssimo senhor ministro da educação e cultura, Senador Ney Braga, quando de sua visita a Maceió, pleiteando a criação do curso de comunicações sociais na Universidade Federal de Alagoas, abrangendo jornalismo, propaganda e relações públicas, sendo registrado um voto de louvor pela idéia do referido sindicato e ratificada pela ABRP/AL [...]

¹¹ Essas informações constam na parte interna do prospecto do evento. Durante o IV Congresso Brasileiro de Relações Públicas a cidade de Penedo recebeu os participantes no último dia para a inauguração da Rua Eduardo Pinheiro Lobo e para a Palestra “A figura e a Obra de Eduardo Pinheiro Lobo” no Cine São Francisco.

A realização daquele evento em Maceió talvez tenha dado o estímulo de que os profissionais precisavam para a instalação do curso superior. Estímulo observado em 1977 quando em reunião ordinária da ABRP “[...] o presidente cientificou aos presentes de que o associado Juarez Ferreira sugeriu fosse feito (sic) um estudo sobre a possibilidade de se levar o ensino de relações públicas nas unidades universitárias das cidades de Penedo e Arapiraca [...]” (ATA ABRP/AL, 1977)

Essa mobilização, mesmo não tendo surtido o efeito em relação ao interior do Estado, obteve êxito na capital Alagoana. A mesa redonda “Relações Públicas e Comunicação” realizada em 1978 contou com a participação de Dante Lima Vianna, do professor João Azevedo, vice-reitor da UFAL, do jornalista José Otavio da Rocha, presidente da Associação de Propaganda de Alagoas, do jornalista José Aldo Ivo, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas e do jornalista Juarez Ferreira, além da senhora Vilma Vital, secretária do Conselho Nacional da ABRP. O evento antecipava o que no mesmo ano seria a instalação do Curso de Comunicação Social com duas habilitações¹².

Em registro da “reunião almoço” do dia 23 de setembro de 1978 da ABRP “[...] o primeiro vice-presidente, Luiz Otávio Gomes da Silva parabenizou os novos associados e transmitiu a satisfação pelo curso de relações públicas que terá [teria] o primeiro vestibular na UFAL [...] O envolvimento do Vice-Reitor que assinara a resolução de criação do curso teria estimulado a entidade no ano de 1979 a conceder-lhe o título de sócio honorário¹³ “[...] considerando o esforço pessoal do vice-reitor [...] para a criação do curso de Comunicação Social com habilitações em relações públicas e jornalismo”.

Em todo o Brasil a concepção de uma associação seria o estímulo para os esforços e a consecução da regulamentação, que aconteceu em 1967 através da Lei nº 5377 de 11 de dezembro, que qualificou o profissional de relações públicas, definiu suas atividades e fixou as condições para o registro e o exercício profissional e sua fiscalização, fazendo do Brasil o primeiro país do mundo a apresentar uma legislação para relações públicas. No ano seguinte, com o Decreto nº 63.283 de setembro aprova-se o Regulamento da profissão de relações públicas de que trata a lei nº 5.377/67 (ATHAYDES, s.d).

¹² A resolução nº 02/78 do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas criou o Curso de Comunicação Social com as habilitações de Jornalismo e Relações Públicas. O documento é assinado por João Azevedo, à época Vice-Reitor no exercício da Reitoria.

¹³ Segundo o Estatuto da Associação Brasileira de Relações Públicas (1994) Constituem-se sócios honorários pessoas ou entidades não associadas que tenham prestado relevantes serviços à ABRP ou à dignificação da atividade de relações públicas. Os títulos de sócios beneméritos são concedidos aos associados da ABRP que tiveram prestado relevantes serviços à entidade ou à categoria de RP. Algumas concessões desses títulos demonstram a aproximação que a entidade tinha com as esferas governamentais em Alagoas. Exemplo disso foi a concessão dos títulos de sócios beneméritos ao então Governador do Estado de Alagoas, Divaldo Suruagy, em 1978, seguido do título de RP do ano e ao então Prefeito de Maceió, Dilton Falcão Simões, em 1979.

Quatro anos depois, a categoria brasileira de relações públicas que, desde a regulamentação recorria ao Ministério do Trabalho através das Delegacias Regionais do Trabalho para o registro profissional conquista um espaço próprio, o Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (CONFERP). A regulamentação do CONFERP e dos Conselhos Regionais ocorre com a publicação em 4 de maio de 1971, do Decreto nº 68.582/71 (ATHAYDES, s.d). No ano seguinte, o Brasil, por meio do Conselho conquista a aprovação do Código de Ética, com disposições reguladoras do comportamento a ser obedecido pelos que exercem a profissão, inclusive enfatizando o respeito aos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem.¹⁴

Foi no período que se sucedeu à Nova República que as atividades de relações públicas ganharam a fisionomia que têm hoje. Considerando que todas as definições são complementares e afastando-nos do compromisso de oferecer uma definição universalmente aceita, concebemos as relações públicas como uma função organizacional, desenvolvida através de atividades que buscam estabelecer e manter canais de diálogo entre as organizações e os grupos humanos com que interagem, com a finalidade de equilibrar os interesses, as disputas políticas e amenizar as crises. Além de representar uma função, uma atividade e uma movimentação corporativa e profissional, relações públicas representam também um campo de reflexão que se desenvolve dentro e fora dos espaços acadêmicos.

Questões relacionadas

Ao lado da regulamentação, do corporativismo e da movimentação profissional podemos também entender as RP's enquanto sub-área do pensamento comunicacional latino-americano e brasileiro. Paralelo àquela movimentação objetiva desenvolvia-se também a área científica da comunicação, a qual as relações públicas pertencem até hoje. Partimos da premissa de que as RP's inserem-se, enquanto reflexão e prática, no campo da comunicação social. Esse pertencimento é questionável, pois se considerarmos a dimensão interdisciplinar das RP's não será difícil verificar que recebem influências em sua constituição de áreas como a Administração ou a Psicologia. Sem querer estimular uma polêmica, reconhecemos que o campo da comunicação tem sido um lugar fecundo para reflexões sobre comunicação organizacional e relações públicas.

¹⁴ O Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas está Disponível em <http://www.confERP.org.br>.

Quanto à assimilação universitária do Campo da Comunicação, depois de ocorrida na Europa e nos Estados Unidos¹⁵, chega ao Brasil com fisionomia de importação, no quadro das investidas que aquela nação adotou após a Segunda Guerra Mundial. É possível pensar na conformação do campo comunicacional na América Latina e no Brasil como um reflexo da dinâmica da Guerra Fria. A constituição da ELACOM¹⁶, e a participação brasileira neste movimento teria como “*locus primitivo*” Melo (2003) a instalação do CIESPAL – Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina, em Quito, capital do Equador, que trazia, segundo Meditsch (sd) uma dimensão notadamente política.

O legado do CIESPAL foi manifestado no currículo mínimo elaborado para a formação do profissional de Comunicação Social polivalente, proposta que teve pouca aceitação pela comunidade acadêmica, talvez ressonante da rejeição dos grupos profissionais já articulados de jornalistas, relações públicas e publicitários¹⁷. Entretanto aquele Centro parece ter sido o responsável pela concepção de ensino que deveria se desenvolver na formação em comunicação Social e que repercutiu até os dias de hoje. Os cursos de jornalismo passariam a ser escolas de comunicação e acolheriam além do ensino do Jornalismo a formação de todas as outras práticas profissionais.

É importante frisar que o ensino de Comunicação Social no Brasil surgiu com o ensino de Jornalismo. Moura (2002) nos explica que nos anos 50, 60 e 70, as reflexões que se debruçaram sobre o ensino da comunicação social trataram as relações públicas como área pertencente ao Jornalismo, assim como a Publicidade.

Aquele movimento profissional e cultural das Relações Públicas que mencionamos, culminou na instalação, em 1957, do primeiro curso regular de Relações Públicas, promovido pela escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas. (Torres, 2003). Dez anos depois, o sistema de ensino superior acolhe a formação como um curso de graduação. Sobre a fisionomia dos cursos, Melo (1979, apud Moura, 2002, p.63) indica que:

As escolas de jornalismo, transformaram-se, na década de 60 em escolas de comunicação, abrindo um leque mais extenso de alternativas para as novas funções criadas pelo desenvolvimento urbano-industrial (Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Cinema, Rádio, TV, Editoração etc.).

¹⁵ Melo (2003) aponta como marcos dessa assimilação a defesa da primeira tese de doutorado sobre Jornalismo na Alemanha em 1690 e a fertilidade do campo da comunicação social nos Estados Unidos da América, apoiada pelo sistema empresarial e pelo Governo no século XX.

¹⁶ É como José Marques de Melo (2003) se refere à Escola Latino Americana de Comunicação.

¹⁷ Segundo Meditsch (s/d) o CIESPAL não se limitava a propor a criação de um novo tipo de profissional: propunha a extinção e a substituição das profissões previamente existentes

Em 1967, ano de emissão da Lei 5.377, que tornou a atividade privativa dos bacharéis em comunicação social com habilitação em relações públicas, surge na Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo, atual Escola de Comunicação e Artes, o primeiro curso superior efetivo de relações públicas, com quatro anos de duração.

Se a assimilação acadêmica pode ser considerada aspecto importante e contraditório para o pensamento e para a prática comunicacionais, outros fenômenos do campo científico são verificados paralelos a essa absorção pelo ensino superior e àquelas movimentações profissionais que verificamos no campo das RP's. Estamos nos referindo a organização do pensamento comunicacional que acontece fora dos espaços acadêmicos e que tem como referência no Brasil a fundação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) no ano de 1977. Como nos explica Faro (1992), o projeto modernizador brasileiro refletiu na economia, na política, na organização da sociedade civil e no comportamento dos intelectuais que indicou:

[...] não apenas uma postura de um engajamento radical contra o autoritarismo e as restrições às liberdades civis - postura essa que responde pela tônica da quase totalidade das manifestações artísticas e por sua vinculação empática com as camadas médias urbanas; indica também intensa reflexão sobre temas que envolviam a revisão de todo o arcabouço teórico de interpretação da realidade brasileira.

Sem dúvida alguma o CIESPAL imprimiu suas marcas nas escolas de comunicação que figuram ainda hoje, mas é preciso considerar algumas tendências gerais da educação superior no Brasil para não enveredarmos na responsabilização exclusiva do Centro instalado em Quito. Compreender a universidade brasileira, privilegiando alguns fenômenos registrados a partir da metade do século XX, quais sejam: a massificação, a diferenciação, a diversificação, a privatização e o debate sobre reforma do ensino superior que traz a tona a questão da autonomia, pode nos ajudar a enquadrar o ensino de comunicação social e de relações públicas como um fenômeno nacional.

Desde sua origem, a formação dos profissionais de comunicação social pauta-se pelos princípios vigentes na nossa estrutura universitária, refletindo seus modelos institucionais e assimilando suas contradições pedagógicas. Desde 1962, os cursos de Comunicação Social passaram por cinco currículos. Somente a partir do segundo currículo mínimo, instituído pelo Parecer nº 631/69, aparecem as relações públicas como habilitação do curso de comunicação social, assim como jornalismo e publicidade.

Na busca da compreensão de programas de formação localizados, parece conveniente que façamos esse movimento de consideração da generalidade, um bloco de categorias de dimensões humanas continentais e históricas, entender como a sociedade

brasileira foi influenciada por tais contingências e buscar o resgate de peculiaridades locais, das questões específicas. As atividades de relações públicas surgem para interferir nas relações de classe em favor do capital. Como outras atividades humanas, ela vai fazer parte do leque de opções de formação de nível superior no Brasil. Organiza-se e se prolifera fora e dentro da instituição universitária. Fora configura uma movimentação corporativa, uma produção editorial, científica e midiática. O espaço universitário traz em si contradições específicas que precisam ser consideradas na análise de um programa de formação.

Criado em 1978 pela resolução nº 02/78 do extinto Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas e formando profissionais de comunicação desde 1983, o Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Alagoas está sujeito ao cenário político-educacional no qual se encontra o ensino público superior. Seu último projeto pedagógico (DECOS/UFAL, 1996) atende àquelas exigências da Resolução nº 02, de 24 de janeiro de 1984. Após 26 anos, o curso encontra-se num momento de reflexão sobre suas práticas acadêmicas e de reestruturação para o atendimento às Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação em 2001 e para se adequar às reformas acadêmicas empreendidas pela Universidade Federal de Alagoas.

Referências bibliográficas

ATA de Reunião Almoço da Associação Brasileira de Relações Públicas seccional Alagoas. Maceió, 23 de setembro de 1978.

ATA de Reunião Ordinária da Associação Brasileira de Relações Públicas seccional Alagoas. Maceió, 12 de julho de 1974.

ATA de Reunião Ordinária da Associação Brasileira de Relações Públicas seccional Alagoas. Maceió, 18 de outubro de 1974.

ATA de Reunião Ordinária da Associação Brasileira de Relações Públicas seccional Alagoas. Maceió, 14 de outubro de 1977.

ATHAYDES, Andréia. **Medidas adotadas pelo Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas – CONFERP e as repercussões frente à sociedade brasileira.** Revista da ALACAURP, nº 2, s/d.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. O desafio das relações públicas no Brasil. In: BARROS, Antônio Teixeira de (org.) **Comunicação: discursos, práticas e tendências.** São Paulo: Rideel; Brasília: UniCEUB, 2001.

CABESTRÉ, Sonia Aparecida. **Contextualizando as relações públicas como atividade do campo profissional, 2004.** Disponível em <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/grupos>.

CHAVES, Sylla M. Relações públicas no Brasil. In: JAMERSON, Samuel Haig. **Relações públicas.** 2. ed. Fundação Getúlio Vargas, 1962.

ESTATUTO da Associação Brasileira de Relações Públicas, Rio de Janeiro, 1994.

FARO, José Salvador. **A universidade fora de si: a Intercom e a organização dos estudos de comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, 1992.

FONSECA, José Rubem. Origem e história das relações públicas. In: JAMERSON, Samuel Haig. **Relações públicas**. 2. ed. Fundação Getúlio Vargas, 1962.

GURGEL, J. B. Serra e. **Cronologia da evolução histórica das relações públicas**. Brasília, Linha Gráfica e Editora, 1985.

http://www.abrp_sp.com.br

<http://www.conferp.org.br>

JUNIOR, Tobias. **Alagoanos prestam homenagem a Luiz Tojal**. O Repórter, nº 33, Maceió, de 16/03 a 22/03, 1996.

KUNSCH, Margaria Maria Krohling. **Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional**. São Paulo: Summus, 1997.

LLOYD, Herbert; LLOYD, Peter. **Relações públicas: as técnicas de comunicação no desenvolvimento da empresa**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1988.

MEDITSCH, Eduardo. **Ciespal trouxe progresso... e o problema quase insolúvel do comunicólogo**. (Artigo do III Ciclo de Estudos sobre a Escola Latino-americana de Comunicação) Disponível em <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditsch-dilema.html>.

MELO, José Marques de. **Comunicação e modernidade: o ensino e a pesquisa nas escolas de comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **História do pensamento comunicacional: cenários e personagens**. São Paulo: Paulus, 2003.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PERUZZO, Cicília Krohling. **Relações públicas no modo de produção capitalista**. 2.ed. São Paulo: Summus, 1986.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Departamento de Comunicação Social. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 1996.

RESOLUÇÃO Nº 02/78. Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1978.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações públicas: função política**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1995.

TORRES, Mirtes Vitoriano. **50 anos dos primeiros cursos regulares de relações públicas no Brasil**. Revista Comunicação e Sociedade ano 24, n. 39, São Bernardo do Campo: Editorada da Universidade Metodista de São Paulo, 2003.